



MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Gestão e Inovação
Coordenação-Geral de Inovação e Gestão
Consultoria Executiva Simplificada
Esplanada dos Ministérios, Brasília – DF – CEP: 70.046-900

Nota Técnica nº 01/Cex-Simplifica

Brasília, de dezembro de 2022.

Assunto: Proposta de Instrução Normativa para regulamentar o processo, os atos e procedimentos para a execução das contratações diretas por dispensa e inexigibilidade de licitação até os valores limites previstos no art. 75, incisos I e II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, devidamente atualizados, e dá outras providências.

1. Trata-se de proposta de ato normativa para regulamentar, no âmbito da Sudene, os processos de contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação até os limites de valor previstos nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133 de 2021, devidamente atualizados, e dá outras providências.
2. A proposta em tela foi desenvolvida a partir da necessidade de regulamentar o novo processo de dispensa ou inexigibilidade de licitação por valor, já que o processo original foi mapeado e redesenhado, objetivando a simplificação, a solução de gargalos e problemas identificados e a melhoria da qualidade dos atos e documentos.
3. Em um breve histórico, esta proposta foi elaborada por um Grupo de Trabalho composto por técnicos do Ministério da Economia - ME e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, decorrente de uma parceria entre a Secretaria de Gestão/ME, representada por esta Consultoria Executiva Simplificada, e a Sudene.
4. A parceria entre o Secretaria de Gestão/ME e a Sudene foi iniciada em junho de 2022 com o objetivo de contribuir para o mapeamento e o redesenho de processos de aquisições selecionados pela Superintendência.
5. A primeira etapa do trabalho consistiu no diagnóstico geral dos processos de contratação do órgão bem como a análise dos indicadores de governança utilizados pelo Tribunal de Contas da União. Assim, o processo de planejamento de dispensa e inexigibilidade de licitação foi selecionado para aperfeiçoamento, pois, conforme a Sudene, se trata de um dos procedimentos mais sensíveis para a instituição.

6. A partir de então, o trabalho desenvolvido pela CEx-Simplifica foi baseado na realização de reuniões com a equipe técnica indicada pela Sudene, utilizando técnica de brainstorm, mapeamento de processos e matriz de priorização de problemas e soluções. Dessa forma, foram mapeados e redesenhados os processos de inexigibilidade e dispensa de contratações de baixo valor. Os produtos elaborados foram ainda submetidos à avaliação e à aprovação das autoridades da Sudene.
7. Dentre os principais produtos desenvolvidos no âmbito desta parceria, além da proposta de IN em tela, destacamos o novo fluxo processual para os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação por valor, a matriz de problemas e soluções (identifica problemas processuais e propõe soluções), e a matriz de responsabilidades (documento que identifica as responsabilidades de cada ator dentro do processo).
8. Após este breve introito, passamos à exposição da proposta.
9. O artigo 1º e seu parágrafo único estabelecem o escopo do ato normativo, que se restringe à regulamentação dos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação por valor, mas excepciona as contratações emergenciais, que poderão adotar ritos distintos dos previstos na proposta em tela.
10. O artigo 2º traz um glossário para facilitar a interpretação da proposta, buscando esclarecer as distinções entre setor requisitante geral (administrativo) e setores requisitantes específicos (finalísticos) e definir as duas principais inovações da proposta, o Agente de Requisição de Contratações e a Equipe Virtual de Requisição de Contratações. Essas definições são importantes para esclarecer as responsabilidades dos atores abrangidos pela minuta.
11. O artigo 3º estabelece as responsabilidades dos setores requisitantes em relação às suas respectivas contratações, nos termos das definições previstas no art. 2º, especificando quais os atos e documentos que precisam ser executados e elaborados nos processos de contratação. Ressalta-se que o dispositivo em questão, assim como toda a proposta normativa, foi elaborado com base na nova Lei Geral de Licitações, Lei nº 14.133/2021.
12. O capítulo II, “Do Agente de Requisição de Contratações”, composto pelos artigos 4º a 8º, trata da criação da figura do Agente de Requisição de Contratações, que tem como objetivo garantir uma maior especialização e expertise técnica aos servidores responsáveis pela instrução dos processos de contratação. A proposta consiste em especializar ao menos um servidor dentro de cada setor requisitante para a instrução dos processos de contratação do setor, zelando para eles recebam a capacitação adequada e o devido reconhecimento pelos trabalhos realizados. É nesse sentido que a proposta prevê um mínimo de 8 (oito) horas, e uma meta de 40 (quarenta) horas anuais de capacitação, e a premiação com a menção honrosa aos agentes de requisição que se destacarem no exercício das suas atividades.
13. Ressalta-se que não se trata da criação de uma nova função, mas apenas a identificação dos servidores que ficarão responsáveis pela instrução dos processos de contratação do setor, de modo a garantir uma maior especialização e valorização do servidor. É por isso a proposta estabelece, no parágrafo único do art. 4º, que a designação à condição de agente de requisição de contratações é irrecusável, já que as atribuições a serem executadas pelos agentes estão inseridas entre as atribuições ordinárias do setor, e que, portanto, já seriam da responsabilidade do servidor, independentemente de qualquer designação formal.
14. O Capítulo III, “Da Equipe Virtual de Requisição de Contratações”, composto pelos artigos 9º a 14, institui e regulamenta, no âmbito da Sudene, a Equipe Virtual de Requisição de Contratações – EVRC, que irá servir como um fórum virtual para o apoio e o compartilhamento de experiências e de conhecimento técnico entre os Agentes de Requisição de Contratação.
15. A EVRC será composta por todos os agentes de requisição de contratações da Sudene e um coordenador indicado pela CGLC e será competente por: a) revisar, por rodízio, os atos e documentos de requisição de contratações; b) uniformizar e padronizar os atos, documentos e especificações dos objetos; c) prestar apoio técnico aos Agentes de Requisição; e d) realizar o monitoramento das contratações;
16. Destaca-se que o principal objetivo da EVRC é a melhoria da qualidade técnica dos atos e documentos de requisição de contratações, e é nesse sentido que a proposta prevê, no art. 12, que os atos e

documentos elaborados pelos agentes serão revisados pela EVRC, por meio de rodízio entre os agentes. Entretanto, essa obrigação poderá ser excepcionada por decisão do coordenador nos termos do parágrafo único do art.12.

17. O Capítulo IV, “Do Painel de Monitoramento de Contratações”, composto pelos artigos 15 a 17, estabelece os ritos e procedimentos para o monitoramento dos processos de contratação da Sudene.

18. Objetiva-se trazer maior transparência e controle sobre os trâmites dos processos de contratação da Sudene. Com o Painel, toda a instituição poderá acompanhar o andamento de todos os processos de contratação da instituição, identificando em qual setor cada processo está, qual o ato ou documento em elaboração/execução, o prazo previsto para a sua conclusão e o servidor responsável por sua execução. O Painel permitirá ainda identificar todos os processos de contratação concluídos (com os preços e fornecedor contratados), e ainda os processos revogados ou anulados, com as respectivas razões.

19. Na metodologia de monitoramento ora proposta, o Painel deverá ser construído utilizando-se um software de gestão de projetos e tarefa, a ser designado pela EVRC, e deverá ser atualizado sempre que houver a movimentação do processo para uma nova área ou setor, ou quando houver o descumprimento dos prazos indicados pelo setor responsável. Caberá à EVRC, e ao Agente de Requisição de Contratação responsável, zelarem para que o Painel esteja sempre atualizado, notificando o setor em que o processo esteja parado sem a devida atualização.

20. Por fim, o capítulo V, “Das Disposições Finais”, composto pelos artigos 18 a 20, dispõe sobre o novo fluxo do processo de dispensa e inexigibilidade de licitação por valor (anexo I); institui a Matriz de Responsabilidade na execução dos atos e procedimentos para as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação por valor (anexo II); e estabelece a *vacatio legis* de 30 (trinta) dias (art. 20).

21. Esclarece-se que a Matriz de Responsabilidades tem como objetivo identificar as responsabilidades de cada um dos atores envolvidos nos processos de contratação por dispensa e inexigibilidade de licitação por valor. Já a *vacatio legis* de 30 (trinta) dias objetiva conceder um tempo hábil para a divulgação e capacitação dos diferentes atores em relação às inovações trazidas pela proposta.

22. Ante ao exposto, consideramos que as medidas ora propostas irão trazer maior transparência, celeridade e qualidade para os processos de contratação por dispensa ou inexigibilidade de licitação de baixo valor, nos termos do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, de modo que sugerimos o seu encaminhamento para a análise da Procuradoria Jurídica quanto à legalidade da proposta e das autoridades responsáveis para a análise do mérito, oportunidade e conveniência da publicação.

Rafael Setúbal Arantes
EPPGG CEx-Simplifica/DTGOV/SEGES/ME

Danilo Melo Gonçalves Alves da Silva
EPPGG CEx-Simplifica/DTGOV/SEGES/ME

Aprovo a presente Nota Técnica. Encaminhe-se à Diretoria de Administração para, se de acordo, o encaminhamento do assunto à Procuradoria Jurídica da Sudene.

Recife, de de 2022.

Coordenador-Geral de Logística e Contratações

De acordo. Encaminhe-se à Procuradoria Jurídica para análise e providências cabíveis.

Recife de de 2022.

Diretor de Administração